



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
DE JANEIRO

Ata da 59ª Reunião do Conselho Acadêmico de Ensino Técnico

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às dez horas e nove minutos, realizou-se, na sala de reuniões do Pinheiral, a reunião do Conselho Acadêmico de Ensino Técnico do Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ, com a presença dos conselheiros cujos nomes constam na lista de presença, tendo como pontos de pauta: **1) Oferta da disciplina espanhol; 2) Aprovação da ata da reunião de 10/06/2015; 3) Proposta de alteração da matriz do curso técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA do *campus* Pinheiral; 4) Proposta de novo curso técnico em Agroindústria integrado ao ensino médio do *campus* Pinheiral; 5) Acompanhamento do mapeamento das necessidades de espaços tecnológicos para os cursos técnicos; 6) Introdução ao debate em torno do Artigo 3 do Regulamento dos Conselhos de Classe do IFRJ que submete a decisão acerca da aprovação/reprovação do aluno ao parecer final do professor; 7) Introdução ao debate sobre a necessidade de capacitação dos docentes do IFRJ sem licenciatura que ministram aulas no ensino médio e técnico; 8) Assuntos gerais.** O Pró-Reitor de Ensino Médio e Técnico e presidente deste conselho, Marcelo Sayão, iniciou a reunião agradecendo e cumprimentando os conselheiros presentes. **1) Oferta da disciplina espanhol.** Marcelo Sayão esclareceu que a equipe de espanhol do IFRJ solicitou o mapeamento da oferta da disciplina e uma alteração na forma como ela é disponibilizada nos *campi*. Apresentou a ata da reunião do CAET do dia 17 de novembro de 2010, que estabelece a oferta da disciplina a partir do 3º período dos cursos semestrais e segundo ano letivo nos cursos anuais. Explicou que o IFRJ é obrigado a ofertar a disciplina espanhol, mas que a mesma é optativa para os discentes. Informou que a equipe solicita que cada *campus* tenha autonomia para definir em que momento deve iniciar a oferta, de acordo com a realidade local, podendo ofertá-la até no primeiro semestre ou ano letivo do curso. E também que haja a possibilidade de ofertá-la para os alunos dos cursos concomitantes/subsequentes. Raabe Oliveira esclareceu que seu *campus* ofertou experimentalmente a disciplina no segundo período, com bons resultados, e avalia a possibilidade de ofertar também no primeiro. Anderson Lupo concordou e disse que a experiência do *campus* Duque de Caxias tem sido positiva. Maria Elisa Lacerda questionou o fato dos alunos dos primeiros períodos terem uma carga horária muito alta e ainda não terem maturidade para buscar as disciplinas optativas. Raquel Nasser explicou que originalmente se pensou a oferta a partir do segundo ano em função também da grande evasão de alunos nos primeiros períodos. Fabiana Valadares sugeriu que a decisão seja de capa *campus*. Clara Oliveira concordou e propôs que seja ampliada a oferta para os alunos dos cursos subsequentes. Juliene Ramos afirmou que é necessário se pensar a possibilidade dos alunos se desmotivarem ao longo dos primeiros semestres devido à grande carga horária. Marcelo Sayão esclareceu que a proposta é para que cada *campus* discutisse com a comunidade e tomasse a decisão de ofertar quando entender que é o melhor momento e que cada direção de ensino também possa ampliar a oferta para os cursos subsequentes. Raabe Oliveira explicou que a demanda é repensar novas formas de disponibilizar aos alunos a disciplina espanhol. Raquel Nasser questionou o fato de se mudar, para apenas depois avaliar a mudança e propôs que cada conselheiro debata em seu *campus* o assunto antes de se realizar uma mudança e ampliar a oferta para os primeiros períodos. Anderson



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
DE JANEIRO

Lupo afirmou que no terceiro período os alunos já estão envolvidos em uma série de atividades no contraturno, por esta razão seria importante que a disciplina já pudesse ser oferecida nos primeiros períodos. Raabe Oliveira explicou que muitos alunos só cursam Língua Espanhola I justamente porque já estão sobrecarregados no quarto período. Ricardo Costa propôs que o CAET flexibilize a oferta da disciplina para os primeiros períodos e amplie para os cursos subsequentes. Raquel Nasser disse que gostaria de ouvir a posição de outros *campi* sobre o assunto. Ana Cristina Vargas esclareceu que o objeto da oferta da disciplina é ampliar o conhecimento e desenvolver a autonomia dos alunos e que os *campi* têm condições de avaliar. Marcelo Sayão explicou que a proposta é justamente que o debate se dê nos próprios *campi*. A demanda foi trazida pela equipe de espanhol do IFRJ para ser debatida nos *campi*. Edmar concordou que a comunidade seja consultada sobre este assunto antes do CAET tomar qualquer decisão. José Ricardo Lopes também concordou e esclareceu que é importante que o CAET tenha uma visão panorâmica. Fabiana Valadares também entende que é importante o debate nos *campi*, mas que a possível decisão do CAET não representa uma imposição, já que, se a proposta for aprovada, cada *campus* discutirá previamente como ofertar a disciplina. Edmar Machado alterou seu encaminhamento e propôs que todos os *campi* tenham autonomia para ofertar a disciplina, se assim desejarem. Raabe Oliveira explicou que, quando a equipe procurou a ProET, estava em contato com os docentes de espanhol de todos os *campi* (com exceção de Arraial do Cabo) e que a proposta é justamente que cada *campus* possa avaliar sua situação e alterar, se for o caso, a oferta da disciplina. Marcelo Sayão propôs que se votasse as duas propostas: (1) aprovar a permissão para que cada *campus* avalie e decida o melhor momento de realizar a oferta e (2) encaminhar para os *campi* discutirem se a forma de oferta prevista atualmente deve ser alterada, e se os mesmos terão a possibilidade de disponibilizar a disciplina a partir do primeiro período ou ano letivo. Anderson Lupo e Clara Oliveira esclareceram que havia outro encaminhamento: permitir ampliar ou não a oferta para os cursos concomitantes e subsequentes. Marcelo Sayão esclareceu que hoje todos os *campi* têm autonomia para decidirem se devem ou não ofertar a disciplina para os cursos concomitantes e subsequentes. Ocorreu a votação e o resultado foi dez votos a favor da alteração para que cada *campus* avalie e decida se amplia ou não a oferta; e cinco votos para que a alteração não fosse feita antes que os *campi* discutissem a pertinência de ofertar a disciplina a partir do primeiro período ou ano letivo; e uma abstenção. Venceu a primeira proposta. Assim, ficou decidido que cada *campus* terá autonomia para deliberar qual o melhor momento para iniciar a oferta da disciplina de espanhol, revogando-se o que estava estabelecido na reunião do CAET de 17 de novembro de 2010. Quanto ao segundo encaminhamento, acordou-se que não há restrição à ampliação da oferta para os cursos concomitantes e subsequentes. **2) Aprovação da ata da reunião de 10/06/2015.** O documento foi relido, as alterações sugeridas pelos conselheiros foram incorporadas ao texto e a ata mesma foi aprovada por todos. **3) Proposta de alteração da matriz do curso técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA do *campus* Pinheiral.** Elida Jorge esclareceu que a proposta era apenas alterar de cinco para quatro horas semanais a carga horária da disciplina Tecnologia de Carne e de três para quatro horas semanais a carga horária da disciplina Tecnologia de Vegetais. Explicou que a carga horária estava anteriormente registrada com 3 e 5 horas na matriz devido a erro de digitação. Em seguida foi



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
DE JANEIRO

aprovada pelos conselheiros por unanimidade a proposta de alteração. **4) Proposta de novo curso técnico em Agroindústria integrado ao ensino médio do *campus* Pinheiral.** Élide Jorge explicou que a proposta é criar um novo curso além do curso na modalidade EJA. Seria um curso destinado à ampla concorrência e em um período diferente do noturno. O *campus* já possui toda a infraestrutura para desenvolver o mesmo. Há demanda local por profissionais desta área, que o curso na modalidade EJA, devido à grande evasão, não consegue suprir. Anderson Lupo questionou se há diferença nas disciplinas propedêuticas entre as duas modalidades. Élide Jorge esclareceu que a carga horária das disciplinas propedêuticas da proposta na nova modalidade será maior. Clara Oliveira esclareceu que há uma demanda, por parte de alunos concluintes do ensino fundamental, maior do que o número de vagas a ser ofertado pelo *campus*. Fabiana Valadares perguntou qual era a avaliação sobre o curso na modalidade EJA. Julia Santoro explicou que a demanda pelo curso PROEJA já está esgotada na área de agroindústria. Haverá uma futura proposta para se alterar o curso oferecido na modalidade EJA. Maria Elisa Lacerda questionou a extensão das ementas de química propostas: elas seriam muito extensas para o tempo oferecido. Ricardo Costa destacou a importância dos temas ligados à história e às culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas trabalhados pelas disciplinas artes, história e literatura, como a lei determina. Raquel Nasser perguntou como está a inserção dos ex-alunos no mercado de trabalho. Julia Santoro explicou que o curso do PROEJA tem formado profissionais que já estão no mercado de trabalho e alunos que não têm interesse em trabalhar profissionalmente. Anderson Lupo comparou o curso proposto com o de química oferecido pelo IFRJ e questionou o fato de a carga horária ser maior em algumas disciplinas (como história) e menor em outras (como física e química). Élide Jorge esclareceu que a carga horária foi amplamente debatida pelo corpo docente do *campus* Pinheiral. Julia Santoro informou que, no caso dos cursos integrados, há baixa evasão dos cursos oferecidos em horário integral. Fernando Brame esclareceu que há uma defasagem, por exemplo, muito grande da disciplina história em diversos cursos do IFRJ e que a proposta de Pinheiral é criar um curso equilibrado em termos de disciplinas propedêuticas. Ricardo Costa sugeriu que esta matriz seja base para se discutir os demais cursos do IFRJ. Edmar Machado questionou a possibilidade de se estar retirando a importância de disciplinas propriamente técnicas. Em seguida, o curso foi aprovado com quinze votos a favor e duas abstenções. Gláucio Gomes e Augusto Almeida ficaram responsáveis por elaborar o parecer acerca da aprovação do curso técnico integrado em agroindústria. Após intervalo para o almoço (das 12h30 às 13h44), o conselho retornou. **5) Acompanhamento do mapeamento das necessidades de espaços tecnológicos para os cursos técnicos.** Marcelo Sayão esclareceu que, seguindo o que foi acordado no CAET, enviou para os diretores gerais e para os diretores de ensino a solicitação de apoio à realização do mapeamento dos ambientes tecnológicos. **6) Introdução ao debate em torno do Artigo 3 do Regulamento dos Conselhos de Classe do IFRJ que submete a decisão acerca da aprovação/reprovação do aluno ao parecer final do professor.** Marcelo Sayão esclareceu que, embora polêmica, esta é uma questão demandada por docentes e técnico-administrativos de vários *campi*. Juliane Ramos solicitou que fossem enviadas as atas do fórum das CoTPs, DEs, DIRAE e ProET aos conselheiros. Marcelo Sayão esclareceu que os integrantes das coordenações pedagógicas, especialistas em educação, são pouco ouvidos no IFRJ. Por esta razão,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

considera que a criação de um fórum para debater as questões pedagógicas do Ensino Médio e Técnico precisava contar com a participação das CoTPs, além dos Diretores de Ensino. Marcelo Sayão apresentou o artigo 3, que especifica que o parecer final do professor está acima da avaliação do conselho de classe. Anderson Lupo defendeu que, como o documento foi revisto recentemente (2013), o CAET não deveria se dedicar a esta discussão neste momento. Em seu entender, não há um clamor generalizado neste sentido, mas apenas vozes isoladas. Sugeriu que as atas do fórum talvez esclareçam se há ou não este clamor. Maria Elisa Lacerda defendeu que está é uma questão complexa e que deveria ser considerada a situação pessoal do professor que se dedicou ao longo de todo um semestre e que está avaliando cada aluno em sua disciplina. Segundo a conselheira, quem de fato conhece a situação de cada aluno em uma disciplina específica é o próprio professor da mesma. Juliene Ramos entende que o CAET não tem dados suficientes para avaliar esta questão e que há outras questões importantes que deveriam ser debatidas. Fabiana Valadares defendeu a realização de um seminário para debater o processo de avaliação no IFRJ. Apontou que, mesmo quando o conselho era soberano, não se tinha muito claro quem de fato tinha a última palavra. Enfatizou a importância do conselho de classe – e não apenas do professor isoladamente – considerar todo o processo de ensino-aprendizagem e a própria trajetória de cada aluno. A avaliação deveria ser realizada em conjunto pelo conselho de classe, procurando alcançar uma visão de conjunto e considerando a necessidade de inclusão dos alunos. Raquel Nasser enfatizou que muitos docentes não participam (por diversas razões) das discussões pedagógicas e propôs que o CAET articule o debate entre docentes e CoTPs. Explicou que, pessoalmente, avalia os alunos sempre considerando o debate com os demais professores do conselho de classe. Destacou a importância de se avaliar os alunos com outros recursos além de provas. Gláucio Gomes afirmou que a CoTP é vista como quase uma excrescência, porque para muitos professores os servidores da CoTP só serviriam para atrapalhar o trabalho docente. Entende que é justamente por esta razão que foi criado um fórum com a participação das CoTPs. Considera que falta diálogo entre os próprios professores e também entre professores e servidores das CoTPs. Ricardo Costa destacou que todos os espaços de discussão são legítimos, que devemos incentivar os fóruns de organização pedagógica. Afirmou que não entende a razão de se questionar a legitimidade do próprio pró-reitor encaminhar a discussão sobre qualquer assunto. Enfatizou que nunca conseguiremos criar o calendário perfeito, porque não há o calendário perfeito. Da mesma maneira, não há aluno perfeito. Precisamos considerar, no processo de avaliação, as especificidades dos alunos. O centro do processo pedagógico não é o professor, mas os alunos. Precisamos refletir o processo de avaliação no IFRJ. Precisamos debater o trabalho do professor no processo de recuperação paralela. Em seu entender, precisamos interferir nestes processos. A ideia deveria ser ampliar o debate, e não restringi-lo. Marcelo Sayão questionou o fato de qualquer professor poder isoladamente decidir quem deve ou não ser aprovado, ou mesmo avaliar quem tem condições de permanecer no IFRJ, já que há também uma expectativa – por parte de alguns docentes – de que alguns alunos deveriam desistir de suas matrículas, em função da suposta ausência de mérito individual. Enfatizou a importância do CAET, mas destacou a relevância e a legitimidade de todas as instâncias do IFRJ debaterem igualmente qualquer assunto. Questionou o que justificaria não abrir esta questão ao debate nos *campi*. Esclareceu que uma das justificativas para manter a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

palavra final com o professor é o fato de que seria necessário ele próprio alterar a nota do aluno para o mesmo ser aprovado pelo conselho. Informou que esta situação mudou, já que, atualmente, o sistema acadêmico permite o registro de aprovação do aluno pelo conselho de classe com uma nota abaixo da média em alguma disciplina, o que não era possível anteriormente, por ocasião da revisão do regulamento dos conselhos de classe, em 2013. Desta maneira, a nota lançada pelo professor pode continuar registrada, mesmo abaixo da média necessária para aprovação, sem que isso impeça que o conselho decida pela aprovação do aluno. O aluno seria então, efetivamente, aprovado pelo conselho, inclusive no registro escolar. Marcelo Sayão enfatizou que precisamos debater conceitualmente o processo de avaliação, o papel dos conselhos de classe e a forma com que são tomadas as decisões relacionadas ao corpo discente. Fernando Brame entende que, como está, é possível questionar a própria existência do conselho de classe, já que quem tem a última palavra é o docente, individualmente. Esclareceu, comparativamente, que o próprio CAET, que também é um conselho, decide coletivamente questões ligadas a *campi* específicos. O conselho como um todo participa da decisão, e não apenas os conselheiros ligados a determinado *campus*. Clara Oliveira enfatizou que o simples fato deste artigo ser tão polêmico já justifica a legitimidade do debate. Esclareceu que ela própria não se considera representante do conjunto das CoTPs do IFRJ. Sua representação, infelizmente, é isolada, já que o próprio processo eleitoral assim determina, visto que há 04 representantes para todas as CoTPs de todos os campi e que a possibilidade real de articulação das diferentes CoTPs mais as especificidades deste setor aliadas às características de cada campus, impedem que 04 pessoas consigam representar todas as CoTPs de fato. Afirmou que desconhece a existência, neste momento, de um fórum exclusivo das CoTPs. Enfatizou a especificidade do servidor que trabalha nas CoTPs e lamentou a inexistência de condições reais de trabalho que possibilitem uma verdadeira inserção dos servidores das CoTPs nas decisões da sua área de atuação, no IFRJ. Jaqueline de Sá esclareceu que o que está sendo debatido é a própria participação dos docentes nos conselhos de classe. Defendeu que esta discussão seja ampliada para o conjunto do IFRJ. Viviane Prates entende que é importante que haja um amplo debate no IFRJ sobre esta questão. Não abrir para o debate seria restringir. Defendeu a realização do seminário sobre avaliação no IFRJ. Fabiana Valadares esclareceu que o fórum das CoTPs ainda está em formação. Defendeu que é fundamental que seja ampliado e realizado o debate em todo o instituto. E enfatizou que seria uma violência o CAET não permitir o debate nos *campi* e possibilitar que o regimento seja reavaliado. Maria Elisa Lacerda afirmou que é insuficiente apenas dois encontros (conselhos de classes) por semestre para se debater a situação dos alunos. Anderson Lupo destacou que o CAET tem muitos temas mais relevantes que a questão do conselho de classe. Declarou que acredita que devemos deixar para mais tarde o debate, talvez para 2016. Raquel Nasser acredita que o debate sobre avaliação e sobre as práticas pedagógicas deve acontecer, mas a decisão de se alterar ou não o regimento dos conselhos de classe não deveria acontecer agora. Juliene Ramos esclareceu que havia solicitado as atas para ter embasamento sobre as discussões que estão ocorrendo sobre este assunto. Enfatizou que a maior dificuldade operacional das coordenações é justamente o fato de que muitos professores não procuram a CoTP para conversar sobre os problemas de seus próprios alunos. Marcelo Sayão concordou com a fala de Fabiana Valadares, de que seria uma violência o CAET não permitir a possibilidade de se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
DE JANEIRO

debater o regimento nos *campi*. Afirmou que a proposta é abrir o diálogo, independente do resultado, e que a maior atribuição do CAET é debater e decidir alterar ou não os regulamentos. Por unanimidade, ficou decidido que os conselheiros levarão para seus *campi* a proposta de debater conceitualmente os processos de avaliação, os processos pedagógicos, o papel do conselho de classe e a participação dos professores nos mesmos, com a possibilidade de se avaliar a pertinência, ou não, da alteração do referido Artigo 3. **7) Introdução ao debate sobre a necessidade de capacitação dos docentes do IFRJ sem licenciatura que ministram aulas no ensino médio e técnico.** Ficou decidido que este ponto retornará na próxima reunião do CAET. **8) Assuntos gerais.** Marcelo Sayão informou que, segundo a DGTI, continua não sendo possível colocar “em aberto” na situação de alunas gestantes no Sistema Aula. No caso do SigaEdu, foi solicitado que se busque a viabilidade desta inserção. Enquanto isso não ocorre, a DGA vem lançando “trancamento” para essas alunas. A ProET requereu então que cada tipo de trancamento seja discriminado pelo seu motivo, seja por licença maternidade ou saúde. Nestes casos, é possível trancar somente as disciplinas que não se pôde concluir, integralizando-as posteriormente. Marcelo Sayão esclareceu que há uma minuta para o caso de atendimento domiciliar, que foi encaminhada à ProGrad para ser submetida ao CAEG, que posteriormente deverá ser submetida também ao CAET para discussão. Informou que o pró-reitor de administração pediu desculpas por não ter conseguido preparar a planilha com o orçamento de 2015, mas que encaminhará em breve. Ficou acordado pelo CAET a solicitação de que a planilha seja enviada por correio eletrônico para todos os conselheiros. Marcelo Sayão fez referência à Portaria 58, de 3 de maio de 2011, esclarecendo que não há uma obrigatoriedade de as disciplinas de primeiro e segundo períodos serem iguais em todos os cursos, mas que há um indicativo para que isso aconteça, em especial nos cursos com a mesma base científica. Informou que há uma demanda da reitoria do IFRJ por participantes de comissões de sindicância e solicitou que os interessados se voluntariassem a participar. Juliene Ramos esclareceu que em outros órgãos públicos federais os servidores que compõem as comissões de sindicância têm treinamento específico e são todos convocados a participar. Marcelo Sayão sugeriu que a próxima reunião, marcada para final de agosto, seja antecipada. Ficou acordado que a próxima reunião do CAET será no campus Duque de Caxias no dia 12 de agosto. Às dezesseis horas e onze minutos foi encerrada a reunião. Eu, Fernando Ribeiro Gonçalves Brame, lavrei esta ata que segue por mim assinada.